

A RUPTURA DOS AFETOS E O INCONTORNÁVEL AFETO DA RUPTURA NA PANDEMIA

Selma Lamas¹⁰

Resumo

A atual pandemia é um evento que traz rupturas no tecido social e nas histórias de vida dos sujeitos, trazendo como marca indelével a finitude. Trata-se, portanto, de refletir sobre as repercussões do evento, levando-se em conta a elaboração do luto (ou a sua impossibilidade) pelas perdas decorrentes, tendo como horizonte o pensamento filosófico, o sociológico/antropológico, assim como a psicanálise.

Palavras-chave: Pandemia, ruptura, sujeito, psicanálise.

LA RUPTURE DES AFFECTS ET L'INCONTOURNABLE AFFECTION DE LA RUPTURE DANS LA PANDÉMIE

Résumé

La pandémie actuelle est un événement qui apporte des ruptures dans le tissu social et dans les histoires de vie des sujets, apportant la finitude comme une marque indélébile. Il s'agit donc de réfléchir aux repercussions de l'événement, en tenant compte de l'élaboration du deuil (ou de son impossibilité) pour les pertes qui en résultent, ayant pour horizon la pensée philosophique, sociologique / anthropologique, ainsi que la psychanalyse.

¹⁰ Psicóloga da Superintendência da Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da UFPR; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia da UFPR. Email: selma_lamas@yahoo.com.br

Mots clés: Pandémie, rupture, sujet, psychanalyse

O mundo muda o tempo todo. A maioria das mudanças são sutis e as percebemos mais ou menos conforme a nossa distância – física e/ou emocional – em relação a elas. Quanto mais imersos na situação ou acontecimento, menos percebemos; muito distantes podemos perder o foco; é necessária uma distância ótima para percebermos mais e melhor. O que não significa dizer que existe uma distância única, matemática: há uma variação de pessoa para pessoa.

No caso de grandes rupturas, quer a nível individual, quer a nível coletivo, não há possibilidade de não sermos atingidos e tomados pela surpresa, independentemente da postura ou reação que se dará em relação a ela. Surpresa que está relacionada não a algo não sabido, mas a algo esquecido, algo que de alguma maneira foi escamoteado de nosso horizonte de hábitos, repetições e certezas.

Podemos pensar, por exemplo, no evento da morte, que é a ameaça basal no caso da atual pandemia. Diferente dos outros animais, o ser humano sabe que deve morrer, mas é tomado de espanto diante do acontecimento, mesmo que tenha passado a vida tentando driblá-la, tentando barganhar, como mostra, por exemplo, a arte cinematográfica de Ingmar Bergman (*O sétimo selo*¹¹), a literatura de José Saramago – *As intermitências da Morte*¹² – e de Oscar Wilde – *O retrato de Dorian Gray*¹³ –, e vários contos da cultura oral. E, assim, o homem o faz justamente em nome de uma vida, de uma saúde, de uma harmonia, de uma satisfação e completude imaginárias. Essa tentativa do homem de burlar a morte, a finitude, nas várias formas de arte e cultura, são parte da história ordinária ou cotidiana, mas ganha uma face assustadora quando as mortes são muitas e se multiplicam com rapidez, como no caso das guerras e pandemias. O que parecia cotidiano, domesticado, ou mesmo interdito, surge como selvagem e incontrolável, se avizinha de todos sem nenhum crivo relativo ao indivíduo: idade, condição de saúde, exposição à riscos; ela segue em direção a todos, sem distinção.

Deste modo, diante da inexorável ruptura, como o é o encontro com a morte, ou a possibilidade da morte diante da pandemia, minha

11 *Det sjunde inseglet*, filme de 1957, narra a história do templário Antonius Block, que depois de 10 anos lutando nas cruzadas, vaga roubando cadáveres em meio a peste que assolava a Europa na Idade Média. Ao se deparar com a morte que vem para levá-lo, apesar de atormentado pelas ideias da existência de Deus, da humanidade e do nada, propõe uma partida de xadrez, que sendo ganha por ele o livrará da “viagem eterna”. A morte aceita, pois sabe que nunca perde uma partida.

12 Saramago narra, nesta obra de 2005, a história da morte personificada que se nega, a partir de tal data e hora, a levar qualquer vida que seja de um país fictício. Quando ela resolve retomar suas funções, anuncia que todos serão avisados por carta da morte iminente com um prazo de 8 dias. No entanto, uma das cartas é sempre devolvida, impedindo a morte da personagem destinatária, por falta de aviso, como ficara tratado publicamente.

13 Saramago narra, nesta obra de 2005, a história da morte personificada que se nega, a partir de tal data e hora, a levar qualquer vida que seja de um país fictício. Quando ela resolve retomar suas funções, anuncia que todos serão avisados por carta da morte iminente com um prazo de 8 dias. No entanto, uma das cartas é sempre devolvida, impedindo a morte da personagem destinatária, por falta de aviso, como ficara tratado publicamente.

e/ou do outro, é necessário um período de recolhimento, elaboração e reorganização para se seguir em frente. Entretanto, não se trata tão somente, quando falamos da morte e da elaboração do luto, que o luto seja vivido necessariamente em relação à morte/perda de uma pessoa. Vivemos pequenas perdas, passíveis de elaboração de luto, todos os dias, na maioria das vezes sem nos apercebermos, e ao final do dia podemos nos sentir estranhamente entristecidos. Freud, no ensaio *Das Unheimliche*, de 1919, trabalha o “estranho” usando o termo *unheimlich*, traduzido para o português como o “estranhamente familiar”, como “inquietante estranheza”¹⁴. Ele parte de um estudo da ideia de “estranho” presente na obra de Ernest Jentsch (1867-1919), psiquiatra alemão, o qual considerou incompleto, buscando a etimologia desse termo em várias línguas, acrescentando a essa pesquisa o conceito da filosofia de Schelling (1775-1854), que considera esclarecedor: “*Segundo Schelling, unheimlich é tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz*” (FREUD, 1987b, p. 282).

Além disso, Freud usa a literatura fantástica para perscrutar o tema, tal como o conto *Der Sandmann*, de E. T. Hoffmann, publicado em 1817, também utilizado por Jentsch, além de outros, mas para o qual propõe outra interpretação, mais próxima do sentido conferido por Schelling. O estranhamente familiar é, então, algum acontecimento, situação ou vivência que suscita angústia ou mesmo medo, pois algo que estava “escondido” – reprimido – vem à tona. O que estava escondido? Um afeto; esse afeto que retorna e angustia, portanto não é novo, é familiar, já foi vivido. Nas palavras de Freud, “*esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão*” (FREUD, 1987b, p. 301).

A situação pandêmica que vivemos atualmente é uma vivência de perdas, de rupturas, descontinuidade que nos obriga ao recolhimento e que, conseqüentemente, convoca a uma reorganização, a uma elaboração. Mas, o que foi rompido? Reorganizar o quê? Qual o impacto psicológico dessa experiência extraordinária? O que ordinariamente tomamos como vida, harmonia, saúde?

Com o isolamento há o rompimento de uma rotina pessoal de trabalho, de estudos, lazer e consumo, e de contato com as pessoas fora do círculo familiar, para determinado segmento da população. Isso implica uma nova rotina de cuidados consigo, com a casa e os familiares, com o aumento de tarefas, incluindo o preparo das refeições, que antes geralmente eram feitas fora de casa. Tal quebra da rotina gera tensão, pois é preciso um grande esforço na criação de novos hábitos, já que o hábito é moldado e consolidado pela repetição, o que demanda tempo e atenção; estabelecido o hábito, automatizamos a ação e a atenção pode então se voltar para outros processos e atividades mentais. O isolamento pode ainda ser vivido de maneira mais intensa para aqueles que moram

14 Na mais recente tradução do ensaio de Freud, realizada por Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares, *Das unheimliche* foi traduzido como *O infamiliar*.

sozinhos e não mais com suas famílias ou outras pessoas, o que ocorre pelos mais variados motivos.

Sendo uma crise pandêmica, vivência compartilhada por todos, temos uma forte tendência a colocá-la sob um crivo pessoal, isto é, a tomar como uniformes os valores, lugares e posições no laço social, e uniformizar também as suas repercussões e modos de enfrentamento, o que não significa que ordinariamente não tendamos a usar a nossa perspectiva para avaliar as situações. Tal tendência é fruto de um discurso social que constitui nossa subjetividade e se apresenta como hegemônico, consistente e a-histórico, de modo a se manter e expandir como um discurso de verdade ou verdades.

Esse ato de tomar uma certa defesa no próprio nome ou em nome de um grupo é apontada por Bergson (1978) como uma característica das sociedades fechadas, uma tendência de conservação, marcada pelo egoísmo e pela vaidade que garantem identidade e pertença. Cria-se, assim, a ilusão de que todos os indivíduos vivem a excepcionalidade da crise de modo igual e em condições de igualdade. Mas não! É a aparência ditada pelos discursos vigentes a que são expostos os sujeitos o que nos leva a acreditar que os acontecimentos atingem a todos do mesmo modo e com a mesma intensidade. Aqueles que estão expostos a circunstâncias mais difíceis, que são mais frágeis na organização social e com muito menos recursos, ou ainda sem recursos para minorar os efeitos desta ou de qualquer outra crise, são os que pagam mais caro. São a “presa fácil” de uma trama formada pelos fios dos vários discursos de verdade – discurso jurídico, médico, religioso, político etc. – que fabricam tipos tais como o delinquente, o louco, o doente, o pobre, de modo a justificar a diferença e atribuir a culpa ao próprio sujeito. O que significa dizer que as condições materiais do sujeito interferem diretamente na sua existência, pois podem permitir ou não que ele siga, por exemplo, as determinações de isolamento no caso da pandemia: quem de fato consegue se manter isolado em um cômodo onde vivem várias pessoas, sem condições sanitárias, sem renda mínima e muitas vezes sem emprego?

De um modo mais abrangente, mesmo os que possuem condições de se isolar, que não ocupam um lugar de destituição de sua subjetividade como os tipos citados, não estão fora da ação dos discursos, são instados a lucrar, consumir, enfim, a se deleitar em todas as formas de alienação possíveis. Os discursos vigentes naturalizam, de modo a manter as disposições sociais, seus lugares, seus valores, e transformam as diferenças de natureza (condições materiais) em diferenças de grau (o maior ou menor esforço individual em se proteger), ou seja, os modos de ordenação simbólicos produzem um tensionamento tal que as diferenças se convertem em ameaça/perigo a essa ordem, e surgem para o sujeito como uma ameaça dos outros contra si. São encobertos, desse modo, os conflitos gerados pelas desigualdades, sobre os quais a sociedade está assentada. Enquanto para alguns a pandemia, ou qualquer outra crise, traz o afeto da tristeza, da solidão e da angústia, para

outros há também a ameaça real da sobrevivência, pois permanecem invisibilizados e continuam a pagar com a própria carne. Outros há, ainda, que tomados pela ideia do outro como inimigo, se comprazem a dizer que a pandemia é algo como um castigo divino e que devem ser eliminados¹⁵ os *pobres*, os *negros*, as *bichas*, os *velhos* etc., canalizando seu espanto para um ataque de ódio travestido de discurso econômico. Temos, por exemplo, os jornais e outras mídias divulgando “informações” que fomentam o sentimento hostil em relação a determinados grupos: “Despesa com idosos corresponde a 7 vezes valor destinado a jovens” – O Globo, de 07/05/2019.

Não se trata mais apenas de uma cisão indivíduo-sociedade e em que medida uma parte determina ou ultrapassa a outra quando falamos de subjetividade, mas de como uma engendra a outra. Por um lado, temos hoje uma sociedade de consumo, de degradação da cena política e destruição da informação; que indivíduo pode emergir dessa situação? Um “produto” necessário para fazer a máquina funcionar: aquele que consome pessoas como objetos e se consome, descarta pessoas, vivências e experiências da consciência, aquele que repete. Esse sistema, segundo Marcondes Filho (2003), reforça e faz vir à tona os estados patológicos latentes dos indivíduos, credenciando-os a participar do teatro, cujo preço se paga com a saúde mental. E é a esse sujeito assujeitado que se imputa a culpa por tudo que lhe acontece, inclusive o próprio adoecimento. Ideia assentada sobre a falsa liberdade, a falsa igualdade e a falsa democracia pregadas pelo neoliberalismo. Falsas pois são discursos vazios que só servem para impedir a própria ação, ou seja, aquilo que deveria emergir como resultado de uma democracia, e consequente liberdade, realmente efetivas.

O evento da pandemia resulta em que todas as projeções feitas sobre o emaranhado da superfície social tal como a vivemos – ilusoriamente fixa – sejam de repente esvaziadas; não há tela na qual possam se projetar, por um acontecimento que foge do controle de tudo e de todos, pelo menos durante algum tempo, do indivíduo, da coletividade, do governo, do poder. Até que se crie uma solução para a crise, toda a amarração que se fez do desejo em torno do consumo e da aparência está suspensa, gira no vazio. Por mais que tenhamos substitutos vicários para o movimento superficial, como é o caso das mídias digitais, com suas redes e filmes e imagens e jogos, etc., há uma suspensão da circulação – trabalhar, passear, falar, ver e ser visto, que por vezes nos remete a uma insuficiência. O sujeito se depara com uma flagrante fragilidade que não serve, como deveria, de modelo e projeto para seu devir. Todos esses acontecimentos que cercam a pandemia apontam para o que a psicanálise levantou no começo do século XX: nossa falta essencial, constitutiva, cuja insígnia máxima é a morte, que retorna

15 Ao longo da história podemos constatar como alguns grupos foram (e são) usados como bode expiatório para mitigar a culpa por algum evento ou acontecimento penoso de uma comunidade, num ritual de purificação, que originalmente possuía caráter religioso, assumindo na modernidade um caráter lógico perverso.

invariavelmente quando tentamos isolá-la do próprio processo vital do qual faz parte.

Mesmo levando-se em conta todo o peso das grandes rupturas sociais, todos os indivíduos não as enfrentam de maneira idêntica. Temos que levar em consideração as estruturas psíquicas¹⁶ dos sujeitos e sua história de vida, como cada um se constituiu e se apresenta e reage diante do mundo e das vicissitudes. Nesse sentido, há subjetividades ou modos de ser que podem se acomodar bem ao isolamento, ou porque já tinham uma sociabilidade que admite a reclusão e a solidão, como por exemplo o sujeito melancólico (a melancolia é um dos tipos clínicos da psicose), estado no qual chega a ser um alívio permanecer em casa e não enfrentar o mundo; ou pessoas que também são afetadas, mas que possuem recursos internos que possibilitam a elaboração do luto e o encontro/criação de saídas para a situação, para continuar em frente.

De fato, a vida impõe ao homem privação e sofrimento de três maneiras: segundo Freud (1987c), em *O futuro de uma ilusão*: através do corpo, nas relações com o outro e através da natureza, ou eventos da natureza. No corpo podemos ser acometidos pela doença, que nos deixa frágeis, vulneráveis e dependentes; a doença exige “trabalho” de luto pela imagem perdida e sua reconstrução, mesmo quando o evento da doença é superado, pois o corpo nunca é apenas carne, senão todas as marcas nele deixadas pela linguagem, o que de fato o constitui como um corpo, ou seja, a instância a qual nos referimos como sendo “alguém”. Nas relações interpessoais enfrentamos as paixões, o egoísmo e a vaidade uns dos outros, mediados/coagidos pelas regras, leis e religião, que evidentemente não são suficientes para eliminar totalmente os conflitos: há indivíduos que apresentam comportamentos associais, conflitos que poderíamos situar na esfera individual, assim como aqueles de natureza global oriundos da desigual distribuição de riquezas. Com relação aos elementos da natureza, Freud observa que todo o avanço científico e tecnológico da civilização não alcançou o controle das ameaças daí advindas – terremotos, inundações, tempestades e também as próprias doenças causadas por outros organismos. Isto é, subjaz a todas as ameaças a experiência da morte, em todos os sentidos que podemos viver a finitude, o que nos remete à experiência original do desamparo, marca fundamental da condição humana.

No caso da pandemia infecciosa que vivemos, insólita para a maioria da população, fica evidente que fomos afetados em todos esses flancos: somos ou podemos ser atingidos pela doença no próprio corpo, ou podemos testemunhar o adoecimento e a morte de pessoas próximas; fomos atingidos nas nossas relações com o outro, no laço social, devido ao isolamento e/ou confinamento; e fomos atingidos por uma força natural invisível, esse outro organismo – o COVID-19, para o qual não temos defesa imunitária, medicação ou vacina, cujo ataque maciço à população vem revelar novamente a experiência do

16 As estruturas psíquicas na psicanálise são certos complexos simbólicos, ou conjunção de elementos que caracterizam a neurose, a perversão e a psicose.

desamparo, agora agravada na medida em que a própria sociedade não dispõe de meios previamente concebidos que sejam capazes de contornar a experiência da ruptura.

Diante do desamparo sentido frente a algum tipo de ataque, é no laço social que procuramos ancoragem. É na direção do outro que emitimos o grito, sinal que poderá ser interpretado como apelo, como *fora* na vivência dos primeiros cuidados; a resposta do outro à nossa demanda nos constitui e nos inscreve num lugar em meio à teia das relações sociais. A resposta da mãe ao apelo faz o bebê se sentir inconscientemente amado e seguro, protegido contra as ameaças do mundo; o que o adulto almeja, por sua vez, numa espécie de substituição da função materna, é uma resposta da sociedade através das várias formas (simbólicas e imaginárias) de reconhecimento, reafirmando sua identidade e oferecendo a sensação de segurança. No entanto, é justamente nesse mesmo movimento à procura de reconhecimento no laço social que se faz presente o mal-estar, o sofrimento, a privação, a angústia, o trauma. Pois se há amparo, há também certo estabelecimento de exigências, regras, leis, coerção enfim, que dizem respeito a um ideal de eu feliz, belo e perfeito, que cremos ilusoriamente ter que cumprir.

Na situação pandêmica atual, em que somos atingidos em todos os flancos, o desamparo é ainda mais acentuado, particularmente aqui no Brasil, por meio de uma das pontas do laço –governar e ser governado –, governo que não é tão somente ausente em algumas situações, mas também violento no sentido estrito da palavra, que é o desejo de eliminação do outro¹⁷. Este tipo de governante encarna provisoriamente a figura de um “senhor” que detém a verdade, fazendo com que se recorra a ele na ilusão de que não se sinta, ou se entre em contato, com o desamparo. Desse modo, podemos notar que essa complexa situação atua reforçando a dissolução de vínculos e a promoção de desigualdades, característica já presente na sociedade capitalista globalizada, na qual a agressividade, a destruição e a violência não se encontram apenas nas relações pessoais, mas em toda vida social.

Diante de tudo isso, como podemos pensar o que se denomina saúde mental, em um mundo globalizado, cujas promessas são a felicidade, a beleza e a juventude, e o que está posto é a angústia e a feiura da doença, da velhice e da morte?

A promessa não foi cumprida e a ameaça é a morte, experiência para a qual não possuímos representação, mas que se mostra um destino inexorável, diante do qual vários mecanismos psíquicos são acionados. E justamente por não haver representação possível é despertado o medo, junto ao qual está a culpa, ambos assentados em sentimentos religiosos, oriundos da função fabuladora¹⁸, faculdade criadora dos

17 Violência é um conceito trabalhado por Jurandir Freire Costa em *Violência e Psicanálise*, onde a distingue da agressividade. A agressividade é uma defesa e delimitação de espaço físico e psíquico em relação aos outros, enquanto a violência é o desejo de fazer sofrer e eliminar o outro.

18 Bergson (1978) desenvolve a noção de fabulação em *As duas fontes da moral e da religião*, ilustrando bem sua função nesta passagem: *De todos os seres que vivem em sociedade o homem*

mitos e dos deuses. Medo diante do desconhecido, mas também um medo inconsciente de ter feito algo errado (perante a figura de autoridade, sucedânea da figura do pai), e tendo feito, sofrer punição. Resta no adulto um desejo infantil de onipotência e imortalidade que é projetado no mundo e francamente colocado em xeque com a ruptura, nos tornando culpados e instados à reparação.

Esse processo inconsciente é favorável no sentido de as pessoas passarem a tomar certos cuidados, no caso os de higiene e de isolamento necessários à não propagação da doença, mostrando submissão e obediência aos mandos do “pai” para mitigar sua “fúria” (o vírus enviado). Pode também assumir, em uma parcela de indivíduos, uma característica obsessivo-religiosa, de origem mais primitiva, no sentido de um ritual de limpeza excessivo e apaziguador, além de um ritual de conjuramentos através de rezas e simpatias. Em outro sentido, a reação ao medo ou fobia pode adquirir contornos conspiratórios (tecnicamente denominados traços paranoicos), em que as pessoas, sob a influência também da função fabuladora, tecem fantasias acerca da origem do vírus. A fantasia pode, no entanto, ampliar-se e transformar-se em um delírio, ou seja, a pessoa passa a construir especulações, de tal modo que dados da realidade passam a ficar inteiramente sob incumbência da imaginação descolando parcialmente a pessoa da realidade. Nesse caso, ao contrário da atribuição a uma força divina e, portanto, superior ao homem e fora de controle, o surgimento do vírus é atribuído ao próprio homem, uma manipulação de laboratório feita em um país de cultura “estranha” – a China; e, sendo criação humana, a reação ao medo e a sensação de controle funcionam de modo inversamente proporcional: quanto menor o medo, maior a sensação de controle.

Desse modo, é circunscrito um limite eu/outro maniqueísta, sendo esse outro estranho aquele que encarna o mal, enquanto o “eu” encarna a pura bondade. As ficções criadas, discursos com aparência científica, tomam de empréstimo alguns termos da ciência, angariando assim uma chancela de autoridade/credibilidade. Há nesse caso uma diferença ou passagem, que vai da organização em torno de elementos religiosos para aquela em torno dos elementos científicos usados nas ficções, criadas para

é o único que pode desviar-se da trilha social, cedendo a preocupações egoístas quando o bem comum está em causa; por toda a parte, aliás, o interesse individual está inevitavelmente coordenado e subordinado ao interesse geral. Essa dupla imperfeição é o ônus da inteligência. O homem não pode exercer sua faculdade de pensar sem imaginar um futuro incerto, que desperte seu temor e sua esperança. Ele não pode refletir no que a natureza lhe exige, na medida em que ela fez dele um ser social, sem dizer a si mesmo que encontraria sempre sua vantagem em negligenciar os outros, em preocupar-se apenas consigo mesmo. Nos dois casos, haveria ruptura da ordem normal, natural. E, no entanto, a natureza é que quis a inteligência, que a colocou no extremo de uma das duas grandes linhas da evolução animal para fazê-la simétrica ao instinto mais perfeito, ponto final da outra. É impossível que ela não tenha tomado suas precauções para que a ordem, mal perturbada pela inteligência, tenda a se restabelecer automaticamente. De fato, a função fabuladora, que pertence à inteligência e que no entanto não é inteligência pura, tem precisamente esse objeto. Sua função é elaborar a religião (...). Basta-nos, pois, resumir para definir essa religião em termos rigorosos. Trata-se de uma reação defensiva da natureza contra o que poderia haver de deprimente para o indivíduo, e de dissolvente para a sociedade, no exercício da inteligência. (p. 169)

dar sentido ao mundo¹⁹. No entanto, devemos diferenciar essas ficções ou delírios criados e alardeados, que possuem como motor um processo inconsciente, daquelas mentiras e falsificações de cunho político criadas e disseminadas conscientemente. Hannah Arendt (1989) aponta para o uso dessas criações intelectualizadas mitificadoras como parte da trama que sustenta o totalitarismo, que, atraentes para a ralé²⁰, se deixa tomar pela inveja, pelo ódio e pelo ressentimento diante de sua falta de representação política na sociedade. Arendt considera também como fio na urdidura totalitária, o desprezo pelas leis, oculto nos labirintos burocráticos, e a criação de regras que são justificadas pela tradição, pela raça, pelos costumes, pelo Estado etc. A análise da autora se refere ao totalitarismo, que culminou no Holocausto em meados do século passado, mas podemos notar claramente que os elementos integrantes deste fenômeno e os sentimentos por ele então mobilizados, estão se atualizando neste momento.

Além do medo, outro mecanismo que entra em ação diante da ruptura é a negação. Num texto de 1925 com este nome, Freud diz que *“um conteúdo de representação ou de pensamento recalcado pode abrir caminho até a consciência, sob a condição de que seja negado”* (FREUD, 2016, p.308). Há diante do intolerável uma suspensão do recalçamento, uma admissão intelectual – a função intelectual se separa do processo afetivo. Desse modo o essencial do conteúdo permanece recalcado, permitindo que o sujeito fale sobre “isso”, mas de maneira a refutar as evidências/provas, que nunca se mostram suficientes. A negação traz, desse modo, em seu âmago a ambivalência, a ideia só é tolerável na consciência para ser negada mediante o intolerável do afeto a ela ligada. Assim, o que à primeira vista sugere se tratar de um equívoco, um simples não saber, falta de informação, sanável portanto, revela-se mais que isso. A ambivalência, ligada ao fato de se tomar conhecimento do recalcado, já fora tratada por Freud, em 1919, em *Das unheimliche*, ensaio ao qual nos referimos aqui anteriormente. Do mesmo modo que no “estranhamente familiar” ou “infamiliar”, no processo de negação o núcleo do angustiante, o horror, é recoberto com a ação do recalque enquanto o sujeito se exhibe com o traje da negação. É assim que podemos espantados testemunhar uma parcela da população negando a pandemia, o vírus, a contaminação, inclusive destituindo a autoridade da agência internacional de saúde – Organização Mundial de Saúde, ligada à Organização das Nações Unidas. No caso do anúncio de uma doença grave e/ou terminal realizada por um médico, por exemplo, a pessoa pode imediatamente destituí-lo e andar de médico em médico, destituindo-os todos, na esperança de que se confirme o “engano”.

Tudo isso nos revela quantas linhas de força sustentam o que comumente denominamos social, e como podem designar seu

19 Essa mudança de ordem como organizador social no decorrer da história é trabalhada por Donzelot (2001), que aponta as figuras de autoridade correspondentes: o padre (religião), o médico (ciência). O autor acrescenta também o psicanalista, figura mais contemporânea, mostrando como rapidamente os conceitos psicanalíticos passam a ser usados como elementos de conservação do *status quo* da família.

20 O conceito de “ralé” de Arendt não se refere a uma classe social específica, ela é resíduo de todas as classes, um refugio e subproduto da sociedade burguesa.

enfraquecimento e/ou fortalecimento, conforme seu conjunto de correlações. A cada ruptura somos empurrados a rever nosso modo humano de existir e temos a oportunidade de reinventá-lo, de rejeitar esse tipo de vida que construímos e que de vários modos nega o desejo e o pensamento, investindo na repetição, no automatismo, na servidão. É possível a todo tempo a reinvenção, ou invenção de si porque não somos prontos, há linhas ou tendências que escapam aos sistemas de repetição e captura do pensamento e do desejo. Principalmente hoje precisamos, como Antígona, enterrar os nossos mortos, resistir ao poder pleno de iniquidades do pai autoritário, do deus cruel e do Estado tirânico, que exigem a renúncia ao desejo.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da Religião**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREUD, Sigmund. (1906-1908). **“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos**. *Obras Completas*, v. IX, 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987a.

FREUD, Sigmund. (1919). **O estranho**. *Obras completas*, v. XVII, 2. ed. Rio de Janeiro: Imago 1987b.

FREUD, Sigmund. (1927-1931) **O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos**. In *Obras Completas*, v. XXI, 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987c.

FREUD, Sigmund. **Neurose, psicose, perversão; Obras Incompletas de Sigmund Freud**. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

FREUD, Sigmund. **O infamiliar e outros escritos; Obras Incompletas de Sigmund Freud**; trad. Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7: A ética da psicanálise** (1959-1960). 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A produção social da loucura**. São Paulo: Paulus, 2003.

Recebido: em julho de 2020

Aprovado: em agosto de 2020